

ESPAÇO

PEDAGÓGICO

DIÁLOGO COM
EDUCADORES

Diálogo com educadores

Vanderléia Leodete Pulga*

Renata Maraschin**

Altair Alberto Fávero***

Na seção “Diálogo com educadores” deste volume da revista *Espaço Pedagógico* (REP), contamos com a instigante entrevista concedida pela professora e pesquisadora Dra. Vanderléia Leodete Pulga, doutora em Educação – Educação em saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2014), premiada em 1º lugar na categoria Pesquisas e Sistematizações na 2ª edição do Prêmio Victor Valla pela Abrasco e pelo Ministério da Saúde. Vanderléia fez seu mestrado em Educação – Educação, Cultura Popular e Saúde no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade de Passo Fundo (UPF) (2003), e sua dissertação foi premiada em 3º lugar na 1ª edição Prêmio Margarida Alves. Também é especialista em Preceptorial no Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Instituto Sírio

Recebido em: 11/03/2021 – Aprovado em: 11/03/2021.

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v28i2.12342>

* Doutora em Educação - Educação em saúde (UFRGS/2014), premiada em 1º lugar na categoria Pesquisas e Sistematizações na 2ª edição do Prêmio Victor Valla pela Abrasco e Ministério da Saúde. Mestre em Educação - Educação, Cultura Popular e Saúde (UPF/2003), dissertação premiada em 3º lugar na 1ª edição Prêmio Margarida Alves. Especialista em Preceptorial no SUS pelo Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa. Especialista em Docência na Saúde pela UFRGS. Graduada em Filosofia (IFIBE/UPF/1998/2000). Docente de Saúde Coletiva da UFFS/Campus Passo Fundo/RS na graduação em Medicina. Coordenadora da COREMU da UFFS e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde - Área de Concentração - Atenção Básica - Saúde da Família e Comunidade - da UFFS. Integrante do Grupo de Pesquisa Inovação em Saúde Coletiva: políticas, saberes e práticas de promoção da saúde da UFFS. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1918-0916>. E-mail: vanderleia.pulga@uffs.edu.br

** Graduação em Fisioterapia pela Universidade de Passo Fundo (2005). Especialização em Terapia Manual e Postural pelo Centro Universitário de Maringá (2009). Especialista em Fisioterapia Respiratória pela Associação Brasileira de Fisioterapia Cardiorrespiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva (ASSOBRAFIR) (2016). Mestrado em Envelhecimento Humano pela Universidade de Passo Fundo (2011). Doutorado em Educação pela Universidade de Passo Fundo (2017). Estágio pós-doutoral em andamento em Educação - Bolsa Capes. Participa do grupo de estudos Filosofia e Educação (UPF) e do Projeto de Pesquisa Formação Humana e exercício de si, cadastrados no CNPq. Atuou como docente em nível de graduação e pós-graduação na área da saúde. Pesquisa os seguintes temas: formação humana, formação e atuação profissional em saúde, hermenêutica filosófica, educação em saúde, cuidado de si, envelhecimento humano, pedagogia das competências, metodologias ativas de ensino e aprendizagem, pedagogia hermenêutica, fisioterapia respiratória, fisioterapia pediátrica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0595-1641>. E-mail: rechinpf@gmail.com

*** Pós-doutorado (bolsista Capes) pela Universidad Autónoma del Estado de México (2012), doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998), especialização em Epistemologia das Ciências Sociais (1993) e graduação em Filosofia Licenciatura Plena pela Universidade de Passo Fundo (1989). Atualmente é professor titular III e pesquisador da Universidade de Passo Fundo desde 1992. É professor do Corpo docente permanente do Mestrado e Doutorado em Educação (desde 2008) atuando na linha de Políticas Educacionais. É coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES - UPF/RS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9187-7283>. E-mail: favero@upf.br



Libanês de Ensino e Pesquisa; especialista em Docência na Saúde (UFRGS); graduada em Filosofia (Ifibe/UPF/1998/2000). É docente de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Passo Fundo, RS, na graduação em Medicina. Coordenadora da Coremu da UFFS e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – área de concentração: Atenção Básica – Saúde da Família e Comunidade – da UFFS. Integrante do Grupo de Pesquisa Inovação em Saúde Coletiva: políticas, saberes e práticas de promoção da saúde da UFFS. Temas de estudo: saúde coletiva; educação em/na saúde; residências em saúde/educação popular em saúde, integração ensino-serviço-comunidade, gestão participativa em saúde; gênero e saúde; movimentos sociais. Integrante da Coordenação do GT Educação Popular e Saúde da Abrasco. Membro da direção da Associação Brasileira da Rede Unida (2010-2016). Integrante da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde.

A presente entrevista foi concedida ao Dr. Altair Alberto Fávero e à Dra. Renata Maraschin, coordenadores do Dossiê Educação e Saúde. De imediato, manifestamos nosso profundo agradecimento à Dra. Vanderléia por nos conceder esta entrevista.

REP – Você é uma educadora reconhecida no âmbito da saúde. Conte-nos um pouco de sua trajetória de vida e sua formação acadêmica. Qual foi o percurso de sua formação até chegar aos campos da educação e da saúde?

Dra. Vanderléia – Minha profunda alegria e gratidão à equipe editorial pelo convite para compartilhar minha trajetória como educadora aqui na REP da UPF, instituição que tem contribuição histórica na minha formação pessoal e profissional.

De origem camponesa, sou filha de pequenos agricultores, nascida no interior de Guaporé, atualmente é o município de União da Serra, Rio Grande do Sul. Estudei na escola pública em Pulador até a 6ª série, última possibilidade existente no local para o estudo. Depois, tive que estudar em Bento Gonçalves e em Guaporé, para concluir o 1º Grau e cursar Magistério, que preparava para atuar com educação para as séries iniciais, pois sempre adorei crianças e sonhava em ser professora. Foi um período que também trabalhei no cuidado de crianças e da casa de parentes para ter onde morar e poder estudar.

Nesse período, na Diocese de Passo Fundo e nas regiões do Rio Grande do Sul, havia a organização dos jovens através da Pastoral da Juventude, onde fui convidada a participar de um Treinamento de Ação Pastoral. Me engajei nessa organi-

zação da Pastoral da Juventude Estudantil inicialmente, mas logo me identifiquei e me comprometi com a Pastoral da Juventude Rural, que mobilizava milhares de jovens rurais com o lema “Jovem da roça também tem valor”, para refletir sobre o êxodo rural, as alternativas para a juventude viver no meio rural. Nesse espaço organizativo, logo fui desafiada a contribuir no setor de formação/educação e de comunicação, onde atuei por vários anos como educadora popular nos finais de semana.

Concluí o Magistério e voltei a viver no meio rural, onde trabalhava na roça num turno e, no outro, era professora concursada do município de Guaporé, atuando em escola multisseriada de 1ª a 5ª série. Foi um período de trabalho como professora e na militância junto à Pastoral da Juventude Rural da área de Guaporé (acompanhando 500 grupos de jovens rurais na época) e atuando junto com as famílias sem-terra que eram pais dos alunos onde eu atuava e com grupos de mulheres da roça. Foi um período em que nos mobilizamos muito na construção de propostas de direitos que foram encaminhadas aos deputados federais constituintes para incluir na Constituição de 1988, em especial, relacionadas às áreas rural, da saúde, da previdência social e da educação. Nesse ano histórico do processo constituinte, vim para Passo Fundo e comecei a trabalhar no Centro de Educação e Assessoramento Popular (Ceap) como educadora popular, atuando na assessoria educativa da Pastoral da Juventude Rural, na ESCAJUR, que era a escola para jovens; junto à Organização das Mulheres da Roça, que depois se constituiu no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Camponesas. Também atuei junto aos sindicatos de trabalhadores Rurais e Grupos de periferia urbana. Fiz muitos cursos, dentre eles, um no Instituto Cajamar com Paulo Freire, de formação de formadores populares.

Foi na atuação como educadora popular que me aproximei da luta pelo direito universal à saúde, que me encantou e me seduziu ao lindo encontro entre a educação e a saúde; enquanto fazia graduação em Filosofia durante as noites.

Atuei como professora de Ensino Religioso (estudei Teologia e Pastoral) e Filosofia para adolescentes e jovens em colégio, como educadora no Ceap, no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTRS/RS) e na articulação nacional dessas mulheres do campo. Em 1999, com o então governador Olívio Dutra, fui convidada a trabalhar na assessoria de movimentos sociais do gabinete da Secretária de Saúde do estado, tendo atuação, especialmente, na implementação da agenda dos movimentos populares para o acesso ao direito à saúde, na formulação da Política Intersecretarial de Plantas Medicinais; nas ações

vinculadas a políticas públicas para as mulheres e no processo de capacitação de conselheiros e atores sociais para o SUS, junto com os conselhos municipais, estadual e nacional de saúde.

Nesse período, desafiei-me e passei na seleção do mestrado junto ao PPGEdu da UPF, pesquisando, com as mulheres trabalhadoras rurais, a dimensão educativa da luta por saúde desenvolvida pelo MMTR/RS. Depois, atuei como consultora técnica junto ao Ministério da Saúde, na parceria com a Organização Pan-Americana da Saúde e a Unesco, junto às Secretarias de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e a da Gestão Estratégica e Participativa da Saúde, durante 6 anos. Esse processo me desafiou a atuar em programas de especialização junto à UPF, à Universidade de Caxias do Sul e na Escola de Saúde Pública da Bahia, nos cursos relacionados à saúde.

Posteriormente, passei no concurso do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), onde atuei na Gestão do Trabalho e Educação junto às equipes de saúde deste complexo hospitalar e na Gerência de Ensino e Pesquisa, na coordenação do ensino, na criação da Escola GHC e como docente dos cursos técnicos, de especialização e da residência integrada em saúde. Foi um momento em que senti a necessidade de me qualificar na pesquisa e passei no processo seletivo do doutorado em Educação da UFRGS.

Também nesse período atuei, através da parceria do GHC com o município de Passo Fundo, no processo de criação do Curso de Medicina. Em 2013, passei no concurso para ser docente na UFFS, onde estou até hoje, como professora de Saúde Coletiva e coordenadora da Residência Multiprofissional em Saúde na Atenção Básica.

Já na UFFS, senti a necessidade de aprimorar os conhecimentos no ensino na área da Saúde e me tornei Especialista em Docência na Saúde pela UFRGS e em Preceptoria no SUS pelo Instituto Sírio Libanês.

Cabe ressaltar meu engajamento junto ao Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, na Associação Brasileira Rede Unida, na Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde, no Movimento de Mulheres Camponesas, no Instituto Cultural e Educacional Paulo Freire e em Conselhos de Saúde.

Acredito que o processo vivenciado nos espaços formais de ensino aliado à prática profissional nos diversos locais de trabalho e no engajamento e militância social, popular e feminista foram sendo a base para ser uma educadora com perfil popular e na saúde coletiva.

REP – De 2001 a 2003, você realizou seu mestrado na UPF, defendendo a dissertação *Educação, cultura popular e saúde: experiências de mulheres trabalhadoras rurais*; e, de 2010 a 2014, realizou o doutorado na UFRGS, defendendo a tese *Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida*. Quais aspectos importantes poderiam ser ressaltados nessas duas pesquisas e quais suas contribuições para sua formação como pesquisadora e na produção acadêmica atual?

Dra. Vanderléia – O mestrado e o doutorado me desafiaram para a realização da pesquisa exploratória e qualitativa junto às mulheres camponesas em Programas de Pós-Graduação em Educação. Foi um desafio, pois, na época, poucas eram as pesquisas com enfoque de gênero e de saúde no campo da Educação, ênfase das duas pesquisas realizadas.

Na dissertação de mestrado, intitulada *Educação, cultura popular e saúde: experiências de mulheres trabalhadoras rurais*, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da UPF, sob orientação do Dr. Telmo Marcon, as protagonistas da pesquisa foram as mulheres camponesas engajadas no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR/RS), através de estudo de caso na Região Litorânea. Buscou compreender as bases e motivações que davam sustentação à luta por saúde no movimento, bem como os significados, representações, sentidos e tensionamentos existentes no MMTR, articuladas ao processo da reforma sanitária no Brasil e da dimensão de gênero e classe. Num contexto onde as políticas públicas de saúde no Brasil vêm sendo historicamente demarcadas pelo confronto entre as necessidades do povo e os interesses do capital, a duras consequências para as classes populares e as mulheres, foi no MMTR/RS que as mulheres construíram um espaço de luta e valorização das mulheres camponesas na conquista de direitos, e a saúde foi uma das lutas centrais deste movimento. Nele, as mulheres foram ressignificando a vida e vivenciando experiências de libertação enquanto sentido profundo de sua práxis portadora de uma dinâmica educativa e uma mística libertadora. Nesse processo, a luta pela saúde possibilitou a construção de novos significados à integralidade da saúde, o fortalecimento de pertença das mulheres para com o movimento, ao mesmo tempo em que foram realizando ações de enfrentamento ao projeto neoliberal e à cultura machista. As experiências de organização e luta deste movimento contribuíram para repensar o modo de cuidar a vida e a saúde

O resultado da pesquisa e da dissertação do mestrado foi um dos trabalhos premiados que recebeu o 3º lugar no Prêmio Margarida Alves Estudos Rurais e

de Gênero, iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), em parceria com a Associação Brasileira (ABA), com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2006.

Já a pesquisa que deu origem à tese de doutorado junto ao PPGEdU da UFRGS, vinculada à Linha de Pesquisa “Trabalho, Movimentos Sociais e Educação”, sob orientação da Dra. Marlene Ribeiro, intitulada *Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida*, foi realizada com o Movimento de Mulheres Camponesas Nacional. Consistiu na identificação de contribuições político-pedagógicas dos movimentos sociais populares nas experiências e práticas culturais, integrativas, tradicionais de cuidado e de educação popular em saúde, especialmente do Movimento de Mulheres Camponesas, para contribuir com os processos de formação de profissionais/trabalhadores(as) da saúde para sua atuação no SUS em comunidades do campo, da floresta e das águas. A pesquisa foi realizada junto ao Movimento de Mulheres Camponesas através de análise de observações, registros, documentos, histórias de vida, oficinas e círculos de cultura feitos com mulheres integrantes dessa organização, como também as redes de interação com a educação popular e permanente em saúde. A pesquisa articulou essas experiências e seus saberes no contexto de produção de vida, saúde e adoecimento das populações que vivem nesses territórios e os desafios para o cuidado integral e a educação em saúde. Territórios marcados pelos interesses do capital transnacional e seus impactos sobre os(as) camponeses(as), onde os determinantes sociais e as desigualdades compõem a complexidade da situação de saúde dessas populações.

A tese refletiu sobre a ação das mulheres camponesas na produção de cuidado da vida e da saúde na sua trajetória histórica, os eixos estruturantes articulados às relações sociais de gênero, raça/etnia, classe e orientação sexual, ao feminismo e ao projeto popular de agricultura camponesa. Reafirmou o que já havia sido identificado na pesquisa anterior, em que, diante da fragilidade de políticas públicas para as populações do campo, florestas e águas, o MMC surgiu como espaço de luta e valorização das mulheres camponesas; a conquista de direitos e a saúde emergem como uma das lutas importantes do movimento. Nele, as mulheres se resignificam, têm o cuidado com a vida e a saúde como base central do seu agir e fazem experiências de libertação e emancipação, enquanto sentido profundo de sua práxis portadora de uma dinâmica educativo-terapêutica e uma mística libertadora.

Mas avança no sentido de que, das experiências de organização, de cuidado, de luta e de formação que o movimento desenvolve, bem como a interação com os movimentos e as práticas de educação popular em saúde e de educação permanente em saúde, emergem as contribuições político-pedagógicas que ajudam a repensar o modo de cuidar a vida e a saúde, bem como as políticas públicas de educação da saúde, tanto para o meio acadêmico como para os processos de trabalho e educação na saúde junto ao SUS e seus atores, principalmente para a atuação no campo, nas florestas e nas águas.

A pesquisa realizada, seus resultados expressos na tese, foi premiada em 1º lugar na categoria Pesquisas e Sistematizações na 2ª edição do Prêmio “Victor Valla de Educação Popular em Saúde”, organizado pelo Ministério da Saúde em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e os Conselhos Nacionais de Secretários de Saúde (Conass) e de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), que buscou estimular e reconhecer iniciativas de educação popular em saúde voltadas ao enfrentamento dos determinantes sociais da saúde e que articulassem os saberes e práticas populares com as ações e políticas públicas de saúde.

REP – Como você avalia os avanços e as dificuldades em fazer pesquisa nos campos da educação e da saúde no atual cenário brasileiro?

Dra. Vanderléia – Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não meramente a ausência de doença”. No Brasil, fruto da luta pela Reforma Sanitária, conquistou-se, na Constituição federal de 1988, uma concepção ampliada de saúde, fortemente vinculada aos direitos humanos, sociais, e ao projeto de desenvolvimento, além de afirmar os princípios da universalidade, da integralidade e da equidade, ao preconizar que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Art. 196).

Nessa perspectiva, a saúde é base essencial do desenvolvimento do país e a pesquisa pode dar uma grande contribuição para a saúde e para o desenvolvimento. Assim, é fundamental investir em estratégias eficientes que integrem os novos conhecimentos e a sua utilização em benefício da população e contribuir para melhorar a vida e a saúde dos povos.

O Brasil teve participação ativa no debate mundial sobre a pesquisa em saúde levando a formulação dos marcos institucionais para o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde do nosso país, aprovados na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, em 2004, a partir de consenso técnico-político.

Assim, a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e a Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde vinham sendo os instrumentos norteadores das ações de fomento promovidas pelo Ministério da Saúde até 2016. Havia uma compreensão de que as investigações deveriam buscar respostas e soluções para os problemas prioritários de saúde da população e da gestão do SUS. Assim como ocorre em outros países, no Brasil, o principal desafio histórico refere-se à capacidade de incorporação dos resultados das pesquisas no sistema e nos serviços de saúde.

A pesquisa em saúde e para a saúde precisa considerar os aspectos relacionados à transição epidemiológica que o Brasil e o mundo passam, onde há uma combinação de doenças infectocontagiosas; as pandemias, em especial a do coronavírus; doenças crônicas e situações de violência urbana, no trânsito, de gênero e étnico-raciais que incidem sobre o adoecimento e mortes; a transição demográfica com o aumento da expectativa de vida da população e os desafios do cuidado relacionados ao envelhecimento da população; assim como um conjunto de sofrimentos e adoecimentos produzidos pelas condições de vida, pelas iniquidades e desigualdades sociais, falta de saneamento básico, condições e relações de trabalho, as questões ambientais e seus impactos sobre a saúde dos povos.

Sabemos a relevância das pesquisas científicas para os avanços e as conquistas no campo da saúde em geral e da medicina para o aumento da expectativa de vida da população e para os tratamentos de inúmeras doenças. Entretanto, é preciso avançar na realização de mais pesquisas, de mais recursos e de fortalecimento de sistema nacional de pesquisa em saúde e para a saúde vinculados aos atuais desafios globais colocados.

Cabe destacar que tem relevância, para avançar nas pesquisas, o fortalecimento do ensino na saúde e dos programas de pós-graduação, assim como o aporte financeiro para pesquisa, ciência e tecnologia, processo que vem sendo reduzido, especialmente depois do Golpe de 2016 e com a aprovação da EC 95, que congelou os recursos para a saúde e a educação.

Ademais, desenvolver pesquisas junto ao cotidiano da saúde, seja sobre sistemas de saúde, serviços, processos de trabalho, equipes, territórios, comunidades, formas de participação, educação em/na saúde, dentre outros, são necessidades

colocadas para o campo da pesquisa e o aprimoramento de proposições com o embasamento técnico-científico.

REP – Você realizou especializações relacionadas à docência na saúde e à preceptoria no SUS. Como foi essa experiência e o que destacaria de significativo dessas experiências, bem como o impacto delas para a educação em saúde?

Dra. Vanderléia – A Constituição federal, em seu artigo 200, preconiza que uma das competências do SUS é a de ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde. Essa premissa foi dispositivo importante para que, no processo de construção e implementação do SUS, já se constitua como Sistema Saúde-Escola, onde todos os cursos da área da saúde têm suas atividades educativas práticas, vivenciais, de estágios e especializações no SUS.

A área da formação na saúde vem percorrendo processos de ativação de mudanças nos cursos da saúde desde a década de 1990, a fim de aproximar as bases curriculares com o cotidiano do SUS, seus serviços, equipes, territórios e comunidades e de fortalecer as pesquisas inseridas nas realidades da saúde.

Sabemos que a gente aprende nos processos educativos formais nas escolas e nos diferentes níveis educacionais, mas que também se aprende com as vivências e experiências do nosso cotidiano. Com base nas perspectivas educacionais libertadoras e emancipatórias, a partir dos anos 2000, constrói-se um movimento forte no campo da educação em/na saúde, a partir da compreensão de que os processos de trabalho na saúde produzem aprendizados significativos, se colocados em reflexão individual e coletiva junto às equipes de saúde, e que, nos processos de participação social, há dimensões político-pedagógicas que podem fortalecer o protagonismo popular. Nessa perspectiva, foram construídas a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a Política Nacional de Educação Popular em Saúde, junto ao SUS.

Para implantar essas políticas de educação, foram construídas estratégias de formação como cursos nacionais de facilitadores de educação permanente em saúde, de formação de educadores, de descentralização do SUS, dentre outros.

O Curso de Especialização em Docência na Saúde foi uma dessas ações que realizou processo seletivo e que formou muitos especialistas em docência na saúde, vinculada às reais necessidades do SUS para a formação de novos profissionais, para os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. O aprofundamento pedagógico com as bases orientadoras, as metodologias, as ferramentas educativas para

ser educadores de profissionais da saúde que aprendem a cuidar cuidando e os desafios específicos para a formação destes profissionais.

Neste período, também teve a aprovação da Lei do Mais Médicos, através da vinda de médicos estrangeiros e da expansão das Escolas Médicas com a abertura de novos cursos, dentre eles o da UFFS em Passo Fundo, RS, e em Chapecó, SC. Foram estratégias formativas que incidiram diretamente na qualificação profissional, na ampliação de acesso para mais de 60 milhões de pessoas e para a qualificação da assistência à saúde da população brasileira como um todo. Entretanto, os retrocessos são visíveis no atual cenário brasileiro, onde não há mais essa prioridade.

Outra modalidade fundamental de formação na saúde se expressa nos Programas de Residências em Saúde (médica, multiprofissional e uniprofissional), em que milhares de profissionais fazem suas especializações em serviço e realizam pesquisa inserida no SUS. Apesar de ainda não termos uma Política Nacional de Residências em Saúde, os Programas de Residências constituem-se como uma das melhores estratégias de formação de especialistas para as mais diversas áreas da saúde. Algumas instituições ofertaram Cursos de Especialização de Preceptorias no SUS, para especializar profissionais que estão nos serviços de saúde e desempenham, além do cuidado às pessoas, a formação de novos profissionais em serviço, numa função designada de preceptoria.

Assim, desafiei-me ao processo seletivo do Instituto Sírio Libanês para realizar essa especialização, por ser a Coordenadora da Residência Multiprofissional em Saúde da UFFS. Ao ser selecionada, pude realizar essa especialização e aprofundar as bases pedagógicas da formação em serviço que integra ensino-serviço-comunidade; as ferramentas, pesquisas e metodologias ativas e participativas para a formação de especialistas inseridos nos serviços de saúde do SUS.

REP – Em sua trajetória formativa, você se graduou em Filosofia, na UPF, no ano 2000, escrevendo o trabalho final de curso intitulado *A dimensão educativa da estratégia socialista em Gramsci*, com a orientação do Pe. Elli Benincá, que nos deixou no ano passado. Conte-nos um pouco de sua experiência formativa junto a este grande educador.

Dra. Vanderléia – A graduação em Filosofia foi um marco fundamental para minha formação humana e profissional, pois possibilitou o aprofundamento das bases orientadoras para a vida, para o desenvolvimento do pensamento reflexivo e inserido na práxis. Para o trabalho final, busquei em Gramsci as reflexões sobre

a dimensão educativa presente nos processos de luta e de emancipação política na perspectiva socialista. Ele foi um filósofo que refletiu muito sobre o porquê havia um processo de naturalização da dominação do fascismo e do nazismo que matavam milhares de pessoas. Suas Cartas na Prisão, suas reflexões, me ajudaram a compreender como se dão os processos de dominação política e cultural das sociedades, sobre a disputa de hegemonia na sociedade, desafiando os sujeitos políticos (no sentido de que todos/as fazemos política tanto no agir, como no ato de omissão) e que todos/as somos filósofos/as no sentido de que temos um conjunto de ideias que orientam nosso agir, seja consciente ou não. Gramsci evidencia a importância da cultura e dos intelectuais orgânicos às classes populares para contribuir nos processos de emancipação.

A orientação do Pe. Elli Benincá foi de um educador-filósofo encantador. Ele foi o mestre que interrogava e desafiava a gente a ser mais, a buscar mais; a nos inquietarmos para sermos pesquisadores/as e a sermos filósofos/as e educadores/as. Ele trazia também os ensinamentos de Paulo Freire e nos mostrava, pelo seu agir, como sermos educadores/as comprometidos/as e implicados/as com os educandos/as e seus processos educativos construindo protagonismo, emancipação e pessoas engajadas na transformação da sociedade e das relações humanas numa perspectiva da solidariedade, da justiça e da igualdade. Sou profundamente grata por conviver, aprender e fazer parte de percursos nos caminhos educativos libertadores ainda em curso, apesar dos tempos sombrios que vivemos. Aprendi com ele que, ao caminhar junto com as classes populares e com as pessoas que interagem conosco, compartilhamos saberes, conhecimentos, práticas, experiências e, ao colocá-las em reflexão, produzimos novos conhecimentos que poderão ser potências para a transformação.

Assim como este ano celebramos o Centenário de Paulo Freire, podemos trazer junto o Pe. Elli Benincá com seu legado relacionado à Educação Libertadora!

REP – Você é, atualmente, professora na UFFS, *Campus* Passo Fundo. Fale-nos um pouco dessa experiência e de que forma você avalia o processo de expansão e interiorização das universidades federais ocorrido nas duas últimas décadas.

Dra. Vanderléia – Eu sou apaixonada pelo que faço! O desafio político-pedagógico de formar pessoas para cuidar de pessoas, no processo de cuidado em saúde junto ao SUS é intenso, complexo e apaixonante porque exige implicação permanente com o cuidar e o educar como dimensões indissociáveis. Como afir-

mava Paulo Freire que não há como educar sem amar o mundo e as pessoas, eu acrescento que não tem como educar e cuidar sem ser um ato de amor à vida, às pessoas e ao mundo.

A UFFS nasceu da luta social dos movimentos sociais populares da região Sul do Brasil e o Campus Passo Fundo, com o Curso de Medicina, foi resultado da combinação entre a mobilização popular, de órgãos públicos e da sociedade em geral; de Políticas Públicas de Expansão do Ensino Superior no Brasil, assim como a de Expansão das Escolas Médicas, com a capacidade e agilidade de atores políticos, gestores públicos da região, do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil e da reitoria da Universidade Federal da Fronteira Sul daquele período que teve agilidade e compromisso para incidir rapidamente num contexto de oportunidade histórica.

Atuei no processo de criação com papel técnico designada pelo Grupo Hospitalar Conceição na parceria com o município de Passo Fundo e na cooperação técnica com a UFFS e posso afirmar que a articulação desses três elementos com o compromisso efetivo dos diversos atores sociais e políticos engajados garantiu esse processo de criação de uma universidade pública e popular, interestadual e *multicampi* em toda a região da Fronteira Sul do Brasil, com a sede da reitoria em Chapecó, Santa Catarina, com Campus em Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo no Rio Grande do Sul, e em Realeza e Laranjeiras do Sul no Paraná.

A Política de Expansão e interiorização do Ensino Profissional e Superior no Brasil a partir dos Governos Lula e Dilma foi fundamental para garantir acesso aos jovens que não tinham possibilidades de estudar e, ao mesmo tempo, possibilitou, com a criação dos Institutos Federais e das Universidades Federais, novas modalidades e processos pedagógicos tão necessários para os desafios contemporâneos.

Assim, o acesso ao ensino através do Enem com a política de cotas (sociais, étnico-raciais e de pessoas com deficiências) possibilitou a inclusão social das classes populares ao ensino profissionalizante e ao ensino superior, onde mais de 80% dos estudantes, no caso da UFFS, são a primeira geração na família a cursar nível superior.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um aspecto a destacar, assim como o compromisso e implicação com o desenvolvimento regional e seu vínculo com os diversos atores sociais da comunidade regional como protagonistas. A UFFS tem participação da comunidade regional no Conselho Universitário, no Conselho Estratégico e Social, nos Conselhos de Campi e nos Conselhos Comunitários em cada um dos campi; além de que há a participação dos docentes, técnicos,

discentes e comunidade regional nos processos democráticos de escolha de reitor e de diretores dos *campi*.

Infelizmente, a partir do Golpe de 2016 que retirou a Presidenta Dilma do poder, vemos dia a dia a democracia sendo ameaçada, os retrocessos não só no que se refere ao fim da expansão do ensino superior, mas a retirada de direitos trabalhistas, previdenciários, da educação, saúde, da assistência social, da pesquisa... Um desmonte e desmantelamento das Políticas Públicas, dos direitos de cidadania e uma ofensiva neofascista, com a lógica da necropolítica, levando o Brasil de volta ao mapa da fome, do aumento das desigualdades sociais, das iniquidades, da violência e das morte diárias que nos colocam em luto permanente.

REP – Como você avalia as medidas recentes de cortes do governo a recursos para o financiamento das pesquisas e das bolsas de mestrado e doutorado?

Dra. Vanderléia – Infelizmente, o Brasil está vivendo um de seus maiores retrocessos no que se refere aos direitos. Os cortes na Educação e Saúde resultado tanto da Aprovação da Emenda Constitucional 95 que congelou os recursos por 20 anos, como também por outras medidas de corte de recursos e da desestruturação das Políticas Públicas, são elementos deste cenário sombrio e desesperador. É como se deixasse uma pessoa morrendo por falta de água, onde a pessoa sente que está definhando, enfraquecendo e morrendo, mas os outros não percebem.

Sem financiamento para os programas de mestrado e doutorado e para a pesquisa o Brasil vai perdendo sua capacidade de inovação e de produção de ciência e tecnologia que são fundamentais para a soberania do país.

O sucateamento do ensino público federal, aliado ao processo que vai rompendo com a autonomia universitária pelas intervenções e nomeações de reitores/as que não representam o resultado dos processos participativos decisórios internos de cada instituição está desestruturando as bases da educação pública federal.

REP – Qual sua avaliação em relação aos rumos do ensino público no país? Como você vê o acesso a este ensino, sobretudo em relação às populações mais fragilizadas, como indígenas, quilombolas e população rural?

Dra. Vanderléia – O tensionamento entre o fortalecimento da educação pública, de qualidade, inclusiva e universal de um lado e, de outro, os caminhos da privatização do ensino marcam a trajetória das políticas educacionais. O atual

contexto tende a fortalecer trilhas para privatização do ensino e sua subordinação político-pedagógica aos interesses do mercado. Diante do contexto da pandemia da Covid-19, essa situação se agrava, pois o acesso não é universal às ferramentas tecnológicas para o ensino remoto, telepresencial síncrono e assíncrono ou educação na modalidade a distância (EaD) ou mesmo na modalidade híbrida, aumentando as desigualdades sociais e de inclusão de grande parte das crianças, jovens e adultos em todos os níveis de ensino.

A população mais fragilizada socialmente é que está enfrentando as maiores dificuldades, o que tenderá a aumentar as desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Esse processo aliado aos cortes orçamentários para a educação diminuirá ainda mais a oferta de vagas públicas ou as dificuldades de acesso e de permanência nos diversos níveis educacionais para a população das periferias urbanas, para os povos indígenas, às comunidades quilombolas e para quem vive nas áreas mais remotas do meio rural, campo e florestas.

REP – Especificamente sobre Educação e Saúde (temática do Dossiê da Espaço Pedagógico), frente ao cenário pandêmico que vivenciamos, o que você teria a dizer sobre os rumos desses dois campos ou mesmo da articulação entre eles?

Dra. Vanderléia – O ano de 2020 será marcado na história pela pandemia da Covid-19, também conhecida como pandemia de coronavírus, uma pandemia em curso de uma doença respiratória aguda causada pelo coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) 2 (SARS-CoV-2). Iniciamos o ano de 2021 com essa situação de “guerra invisível” com o agravamento da pandemia que levou a vida de mais de 250 mil pessoas no Brasil, sendo a principal causa de morte em populações em áreas de periferia urbana e em grupos sociais vulnerabilizados.

Sabemos que para enfrentar a pandemia da Covid-19, o Estado brasileiro tem a obrigação moral e constitucional de coordenar ações emergenciais para controlá-la, superá-la e reduzir impactos econômicos e sociais sobre a nação brasileira. Mas infelizmente, constata-se irresponsabilidade, inércia e omissão das autoridades federais, assim como de alguns gestores estaduais e de âmbitos municipais, demonstrada pelo fato de o Brasil estar há um ano da pandemia e a situação se agrava dia a dia e coloca a população inteira em risco.

Após muitas lutas pela Reforma Sanitária, o povo brasileiro conquistou o direito à saúde na Constituição Federal de 1988 e o Sistema Único de Saúde com seu

caráter público, universal, integral, equânime, descentralizado e com participação popular. Graças ao SUS, que resiste mesmo diante de fragilidades e do desfinanciamento, a população está tendo possibilidades de cuidado nesse momento pandêmico.

No entanto, a pandemia atingiu o Brasil em meio a uma agenda de reformas centrada na austeridade fiscal e na redução do papel do Estado que resultou em desfinanciamento do SUS e fragilização das políticas sociais, e agrava ainda mais a situação de vida e de saúde dos grupos sob maior risco de adoecimento e morte, acentuando as iniquidades geradas por raça/cor, classe, etnia, gênero, idade, deficiências, origem geográfica e orientação sexual. Assim como a experiência de outras epidemias mostra, em especial as mulheres têm sofrido fortemente o impacto da Covid-19.

Frente à situação do quadro de recessão mundial e nacional causado pela pandemia, são necessárias medidas de promoção e geração de emprego e renda e de proteção social à população. De modo imediato, é necessário contemplar os grupos sob maior risco de adoecimento e morte, como pessoas idosas e em vulnerabilidade socioeconômica, como trabalhadores precarizados, população negra, povos indígenas, população LGBTI+, pessoas em situação de rua, ciganos, migrantes e refugiados, pessoas com deficiência, populações privadas de liberdade.

É fundamental as medidas de proteção aos trabalhadores/as da saúde e de outras áreas essenciais que estão adoecendo e morrendo em trabalhos determinantes para manter a vida da população.

Medidas de isolamento social, uso de máscaras e de cuidados básicos de higiene são fundamentais. Entretanto, os direitos básicos de acesso à água, saneamento, moradia, alimentação e renda são fatores essenciais para que as pessoas possam cuidar de si, de suas famílias e comunidades.

Outro elemento a destacar é que as orientações sobre a Covid-19 ou a pandemia do coronavírus, sua gravidade, letalidade e as medidas efetivas e científicas propostas para serem feitas pela sociedade como um todo e as de dever do Estado estão submersas numa guerra ideológica entre a ciência e a defesa da vida de um lado, e, de outro, o negacionismo aliado aos interesses econômicos. Essa disputa ideológica ocorre no mundo real e nos espaços virtuais que adentra no imaginário da sociedade brasileira, que tem tido dificuldades de saber por onde se guiar em meio às *fake news* e os tempos sombrios que passamos.

Cabe ressaltar que a comunidade científica brasileira tem demonstrado vitalidade e engajamento no contexto da crise, com participação marcante na testagem

de vacinas e condução de inquéritos epidemiológicos, essenciais para avaliar a dinâmica da pandemia.

No contexto atual em que se somam diferentes processos sociais, sanitários, políticos, econômicos e culturais produtores de adoecimentos, sofrimentos e mortes, também pode ser compreendido como sindêmico e não só pandêmico, o que traz um processo mais complexo tanto para compreender, como para as soluções.

O campo da Saúde está totalmente imerso na linha de frente do enfrentamento à pandemia/sindemia junto ao Sistema de Saúde e impacta diretamente sobre os processos de formação dos profissionais da saúde em todos os níveis.

A Educação está tendo impacto nunca imaginado de ter de se adaptar às tecnologias para o ensino remoto nesse contexto de isolamento social. Tanto a área da saúde, como a da educação clamam por ações intersetoriais, multi e interdisciplinares e uma convocação à criação, ressignificação e produção de estratégias, tecnologias e processos de cuidado, de conhecimentos capazes de enfrentar os desafios do século XXI que traz, junto com a crise sanitária, as crises econômica, política, cultural, ambiental e civilizatória.

A convocação deste momento é para repensar que sociedade queremos e que possibilidades de desenvolvimento será mais viável para que todas as vidas no Planeta Terra – nossa grande “Mãe e Casa Comum” –, possam ser preservadas, valorizadas e protegidas, assim como, possam construir novas relações humanas e humanitárias entre as pessoas, povos e nações entre si e com as outras formas de vida no Planeta.

REP – Até que ponto a expansão do setor privado empresarial no campo da educação afronta os pressupostos do artigo 205 da Constituição de 1988, de uma educação como dever do Estado e da família, visando “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”?

Dra. Vanderléia – A expansão do setor privado empresarial no campo da educação afronta todos os pressupostos do artigo 205 da Constituição de 1988 e transforma a educação concebida como direito social de todos(as) em mercadoria a ser ofertada a quem puder pagar. Fere o princípio do direito e seu caráter universal, restringe o acesso à educação e o coloca a serviço dos interesses econômicos, rompendo com o dever de educar para o pleno desenvolvimento da pessoa, incidindo diretamente no preparo para o exercício da cidadania, que ficará restrito

aos interesses de quem detém o poder, e a qualificação para o trabalho ficará submetida ao preparo de mão de obra e não para o exercício profissional autônomo e protagonizado pelas pessoas.

Um desmonte das políticas educacionais tanto do ponto de vista dos princípios orientadores como das possibilidades concretas e reais das classes populares ficarão à margem, sem acesso ao direito à educação.

REP – Que palavras finais você deixaria para os leitores da REP sobre o presente e o futuro dos que lutam em prol da saúde e da educação de qualidade para todos?

Dra. Vanderléia – Estamos em tempos de pandemia do coronavírus, Covid-19, mas, na verdade, vivemos uma sindemia, com a combinação desta pandemia que assola a humanidade, mas as outras doenças continuam presentes e aliadas aos impactos sobre os processos de saúde e adoecimento relacionados às desigualdades sociais, que têm aumento de forma assustadora nesse período, à redução de políticas sociais que incidem na saúde da população. Momento que nos desafia a desenvolver a capacidade: a) de construir ferramentas de análise para compreender os fenômenos; b) de ter visão crítico-reflexiva e científica para superar a alienação e a naturalização das formas de exploração, dominação, alienação, discriminação e violência; c) de construir ferramentas para criar, ressignificar ou produzir formas de resistência social popular, organizativa, mobilizadora e transformadora das práticas, da realidade e das relações.

Tempos sombrios que nos desafiam à indignação diante das injustiças, das violências e de tudo que fere a vida. Tempos que nos convocam ao esperançar que Paulo Freire tanto nos ensinou, e que, ao celebrar seu centenário, neste ano, possamos ressignificar e assumir o protagonismo popular de construção de valores, relações e projetos de sociedade onde todas as vidas valem, devem, podem e serão preservadas, protegidas, valorizadas e sejam a expressão de um novo modo de bem viver no Brasil e no mundo!